



Câmara Municipal  
de  
Jundiaí

Interessado: PREFEITURA MUNICIPAL

PROJETO DE LEI Nº 1.622

Assunto: Transformando em bem público patrimonial a área de terreno com 582,50 m<sup>2</sup>, constante do antigo álveo do rio Jundiaí, localizada na rua Carlos Gomes, permitindo-a com áreas de terreno de propriedade do sr. PAULO TORQUATO AZOR MARTINEZ.

Lei decretada sob nº	1254
Lei promulgada sob nº	1204
ARQUIVE-SE	
Secretário Administrativo	
17/12/64	

Proc. N°

21.9010



- 1622 -

Prefeitura Municipal de Jundiaí

L  
AG.

Em 20 de janeiro de 1964 -

N.º G.R. 120/64:-

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ  
EXPEDIENTE

24 JAN 1964 11827

PROTOCOLO N.º CLASSIF. 1010

Excelentíssimo Senhor Presidente

A esclarecida apreciação da Egrégia Edilidade temos a satisfação de apresentar o inclusivo projeto de lei que visa autorizar a permuta de terrenos entre esta Municipalidade e o cidadão Paulo Azor Torquato Martinez.-

Certos da colaboração e atenção dos Nobres Edis, antecipamos os nossos sinceros agradecimentos.-

Saudações cordiais,

Pedro Kávaro  
Prefeito Municipal

Ao  
Exmo. Sr.  
LÁZARO DE ALMEIDA,  
MD. Presidente da  
CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ.  
Nesta.

pf/rf.



Art. 1º - Fica transformada em bem público patrimonial a área de terreno com 582,50 (quinhentos e oitenta e dois metros e cinquenta decímetros quadrados), contanteo do antigo álveo do rio Jundiaí e localizada na rua Carlos Gomes.-

Art. 2º - Fica a Prefeitura Municipal autorizada a permitir a área de terreno com 582,50 m<sup>2</sup>. (quinhentos e oitenta e dois metros e cinquenta decímetros quadrados), de forma irregular, sem benfeitorias, localizada na rua Carlos Gomes, de propriedade do patrimônio municipal, com as áreas de terrenos com 960,00 e 160,00 m<sup>2</sup>. (novecentos e sessenta e cento e sessenta metros quadrados), localizadas, respectivamente, nas ruas Castro Alves e Domingos de Andrade, de propriedade do cidadão Paulo Torquato Azor Martinez, todas caracterizadas na planta anexa que, devidamente rubricada pelo Prefeito Municipal, fica fazendo parte integrante desta lei.-

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.-

#### JUSTIFICATIVA

Senhores Vereadores:

Visa o presente projeto de lei obter - dessa Egrégia Edilidade a necessária autorização para procedermos a permuta de área de terreno de propriedade do patrimônio-municipal (antigo álveo do rio Jundiaí, agora já devidamente retificado), com áreas de terrenos de propriedade particular, uma parte já ocupada pelo novo leito do rio Jundiaí, outra parte necessária à abertura das avenidas marginais e, finalmente, parte necessária à abertura do prolongamento da rua Domingos - de Andrade.

A área que iremos ceder é menor da que, digo, é bem menor da que vamos receber. Todas localizam-se em locais idênticos geográficamente, apresentando, portanto, os mesmos valores.

O interesse público será presservado, - pois dar-se-á ao interessado área que para o Município não teria nenhuma utilidade. Em compensação, o Município receberá -

4/29

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ



receberá áreas pelas quais teria que pagar apreciável indenização.-

A vista do exposto, esperamos obter da Elegérgia Câmara Municipal a necessária aprovação do presente projeto de lei,-

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, aos vinte dias do mês de janeiro de mil novecentos e sessenta e quatro.-

*Pedro Favaro*  
Pedro Favaro  
Prefeito Municipal

pf/rf.

*Se Lameira*  
Aprovado em 1.a Discussão.  
Sala das Sessões, em 21/2/1964  
PRESIDENTE

*Se Lameira*  
Aprovado em 2.a Discussão.  
com dispensa do parecer da CR  
Sala das Sessões, em 21/2/1964  
PRESIDENTE



6  
AG

## CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

### DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Projeto de Lei nº 1 622

Proc. nº 11 927

### PARECER Nº 17 da ASSESSORIA JURÍDICA

Este projeto de lei pretende transformar em bem público patrimonial a área de terreno mencionada no artigo 1º e autorizar o Executivo a permitir essa mesma área com outras áreas de propriedade do cidadão Paulo Torquato Azor Martinez (art. 2º). (Este artigo 2º também se refere à "planta anexa" ... Apêndice desnecessário. Os imóveis devem ser descritos de modo diferente: confrontações, dimensões, datas de escrituras, nºs de registros etc. Sem êsses pormenores, nunca se sabe a quem pertence um imóvel. Por isso, entendemos que a Câmara não deveria deliberar antes que este fosse instruído convenientemente, inclusive com as certidões de propriedade referentes às áreas citadas no art. 2º).

O artigo 1º, "in fine", esclarece a área de terreno, que se pretende transformar em bem público patrimonial, é a "constante do antigo álveo do rio Jundiaí e localizada na rua Carlos Gomes".

Pois bem, se assim é, primeiro se deve saber o conceito de álveo. Este conceito é o legal e dado pelo artigo 9º do Código de Águas:

"Art. 9º - Álveo é a superfície que as águas cobrem sem transbordar para o solo, natural e ordinariamente enxuto."

Por seu turno, o artigo 10 do mesmo Código estatui que o álveo será público, de uso comum, ou dominical, conforme a propriedade das respectivas águas; e será particular no caso das águas comuns ou das águas particulares. A esse respeito, LOBÃO, citado por Antônio de Pádua Nunes, in Código de Águas, pág. 19, já ensinava que "o álveo do rio público é -



7  
MD

## CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

(Parecer nº 17 da AJ - Fls. 2)

tão público como o mesmo rio, e edificando-se nêle se edifica no público.

As águas do rio Jundiaí são públicas, segundo o artigo 3º do decreto-lei nº 825, de 11-11-38, que dá a regra:

"são públicas de uso comum, em toda a sua extensão, as águas dos lagos, bem como dos cursos de águas naturais, que, em algum trecho, sejam flutuáveis ou navegáveis por um tipo qualquer de embarcação."

"E' navegável (art. 6º do decreto-lei nº 2 281, de 5-6-40), para os efeitos de classificação, o curso d'água no qual, pleníssimo flumine, isto é, coberto todo o álveo, seja possível a navegação por embarcações de qualquer natureza, inclusive jangadas, num trecho não inferior à sua largura. "

Ora, sendo públicas de uso comum as águas do rio Jundiaí e sabendo-se que "o álveo segue a condição do rio", a conclusão não pode ser outra: o álveo do rio Jundiaí, rio público, é um bem público de uso comum.

A propósito, convém lembrar o que dispõe o art. 544 do Código Civil:

"Art. 544 - O álveo abandonado do rio público ou particular pertence aos proprietários ribeirinhos das duas margens, sem que tenham direito a indenização alguma os donos dos terrenos por onde as águas abrirem novo curso. Entende-se que os prédios marginais se estendem até o meio do álveo. "

Esta Assessoria não está informada a respeito do álveo abandonado do rio Jundiaí no trecho mencionado pelo artigo 1º. Tudo indica,



8  
anjo

## CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

(Parecer nº 17 da AJ - Fls. 3)

entretanto, que o referido álveo já pertence ao patrimônio municipal.

Se assim é e se já é público de uso comum do povo, impõe-se que primeiro se transforme em bem público dominical ou patrimonial disponível para que possa ser permutado. Sem que se desafete dessa condição, não é possível realizar a permuta pretendida pelo art. 2º.

Outro tópico importante deste projeto refere-se à autorização para a aludida permuta. Essa autorização é necessária. Sem ela, não poderá o Prefeito realizar o ato, validamente.

A Lei Orgânica dos Municípios, no § único do art. 114, estabelece que a permuta independe de concorrência pública mas será sempre precedida de avaliação do imóvel. Parece-nos que a Câmara somente deverá autorizar a permuta tendo em mãos essa avaliação dos imóveis em permuta. Entendemos que a autorização somente deverá ser feita, se o Legislativo também entender que a permuta é conveniente e oportuna.

Concluindo, projeto de lei regular, com restrições à redação do artigo 2º e sugestão para que se delibere somente em face da avaliação dos imóveis.

S.m.j., é o nosso parecer.

Jundiaí, 18/2/1964.

Dr. Aguiar de Bastos,  
Assessor Jurídico.

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Ao Sr. Flávio Góes  
para relatar no prazo regimental.

PRESIDENTE

21/2/1964

9  
AG

## CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO:-

Proc. nº 11 927:-

Projeto de Lei nº 1 622, de autoria da Prefeitura Municipal, s/transformação em bem público patrimonial a área de terreno com 582,50 m<sup>2</sup>, constante do antigo alveo do rio Jundiaí, localizada na rua Carlos Gomes, - permutando-a com áreas de terreno de propriedade do sr. PAULO TORQUATO AZOR MARTINEZ.

### PARECER Nº 27/64

Determina a Lei Orgânica dos Municípios (§ único do art. 114) - prévia avaliação dos imóveis em caso de permuta. Sugiro, pois, aos de mais integrantes desta Comissão deliberação no sentido de solicitar à Prefeitura Municipal cumprimento do dispositivo citado, regularizando o projeto de lei, bem como, atendimento ao constante do parecer da digna Assessoria Jurídica da Casa, quando analisa o artigo 2º da proposição e assim se refere: "Este artigo 2º também se refere à Planta anexa... Apêndice desnecessário. Os imóveis devem ser descritos de modo diferente: - confrontações, dimensões, datas de escrituras, nºs. de registros, etc. Sem esses pormenores, nunca se sabe a quem pertence um imóvel. Por isso entendemos que a Câmara não deveria deliberar antes que esse projeto fosse instruído convenientemente, inclusive com as certidões de propriedade referentes às áreas citadas no artigo 2º".

Concluindo, somos de opinião que esta Comissão só poderá emitir parecer consciente, e pela legalidade, que é do interesse do município, após a Prefeitura Municipal regularizar e instruir devidamente a proposição em pauta.

Sala das Comissões, 5/3/1964.

AG  
Archippo Fronzaglia Júnior,

Relator.

APROVADO EM: 13/3/1964.

Duilio Buzaneli - Presidente.

Geraldo Dias.

Joaquim Candelário de Freitas.

Walmor Barbosa Martins.

**CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ**

*20  
pg.*

**CÓPIA**

23

março

64

PM. 3/64/85:-

11.927:-

Excelentíssimo Senhor Prefeito:

A fim de que o Projeto de Lei nº 1.622, - dôssse Executivo, que dispõe sobre a transformação em bem público patrimonial da área de terreno com 582,50 m<sup>2</sup>, constante do antigo álveo do rio Jundiaí, localizada na rua Carlos Gomes, permutando-a com áreas de terreno de propriedade do sr. PAULO TORQUATO AZOR MARTINEZ, possa continuar a sua tramitação normal através das Comissões Permanentes desta Casa, encaminhamos, em anexo, a V.Excia., para as providências solicitadas, cópia do Parecer nº 27/64, da Comissão de Justiça e Redação.

Valho-me da oportunidade para apresentar a V.Excia. os protestos de minha elevada estima e distinta consideração.

  
Lázaro de Almeida,  
Presidente.

A Sua Excelência o Senhor  
Professor PEDRO FÁVARO,  
Muito Digno Prefeito Municipal de Jundiaí,  
Nesta.

-dgc/

**CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ**

*L  
a  
g.*

CÓPIA

2

outubro

64

PM.10/64/5:-

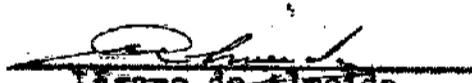
11.927:-

Excelentíssimo Senhor Prefeito:

Em aditamento ao nosso ofício PM.3/64/85, de 23/3/1 964, solicitamos de V.Excia. se digne determinar providências no sentido de que seja encaminhado a esta Edilidade o Processo referente à permuta de terrenos entre a Municipalidade e o cidadão Paulo Torqueto Azor Martinez, objeto do Projeto de Lei nº 1 622, dessa Prefeitura Municipal, a fim de melhor instruir a aludida propositura e servir de subsídio às Comissões Permanentes desta Casa, que devem ser ouvidas e respeito.

Aguardando as prezadas providências de -  
V.Excia., subscrecio-me

Atenciosamente,

  
Lázaro de Almeida,  
Presidente.

A Sua Excelência o Senhor  
Professor PEDRO FÁVARO,  
Muito Digno Prefeito Municipal de Jundiaí,  
Nesta.  
GMP/dgc/-



# Prefeitura Municipal de Jundiaí

12  
M9

Em 6 de outubro de 1964

N.º G.P. 10/19/64:-

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ  
EXPEDIENTE

8 \* OUT 1964

PROTOCOLO N.º \_\_\_\_\_

CLASSIF. \_\_\_\_\_

Excelentíssimo Senhor Presidente

CIENTE. Junte-se ao processo.

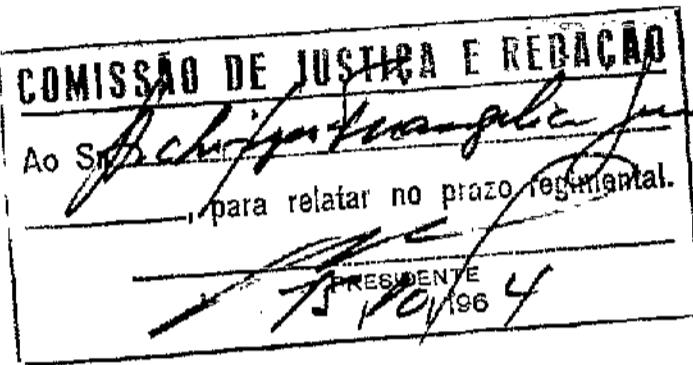
Presidente:  
8/10/64.

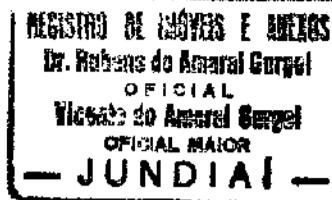
Em atenção ao solicitado por V.Excia.,  
através do ofício PM.10/64/5-Proc.11927-, de 2 do andante,  
estamos encaminhando, anexo ao presente, o processo  
PM.nº3525/63, classificação nº 002.451, em que aparece -  
como requerente o cidadão Paulo Torquato Azor Martinez,-  
cuja devolução solicitamos tão logo não seja mais nec-  
sário.

Saudações cordiais,

Pedro Fávaro  
Prefeito Municipal

Ao  
Exmo. Sr.  
Lázaro de Almeida,  
MD. Presidente da  
CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ.  
Nesta.





O Bacharel RUBENS DO AMARAL GURGEL, Oficial do Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Jundiaí, etc.

CERTIFICA, atendendo pedido verbal de pessoa interessada, que revendo em cartório os livros de Registro de Imóveis, deles, no livro 3-BE, de TRANSCRIÇÃO DAS TRANSMISSÕES, a fls.-202, verificou constar a transcrição 39.291, feita em 13 de junho de 1.960, resultante da escritura de 8 do mesmo mês e ano, de notas do 1º tabelião local, pela qual ANTONIO FERNANDES FERREIRA, casado, domiciliado nesta cidade, houve por compra feita a Paulo Torquato Azor Martinez e sua mulher Duzolina Armani Azor, um terreno, sem benfeitorias, destacado de maior porção, com a área de 900 ms<sup>2</sup>., medindo 45 ms. de frente para a rua Castro Alves, no bairro da Ponte de São João, desta cidade, dividindo de um lado com a rua Domingos de Andrade, onde mede 20,00 ms., de outro lado com Avenida Marginal projetada, que acompanha o rio Jundiaí, onde mede também 20,00 ms. e, pelos fundos, com propriedade de João Baldo, onde mede 45,00 ms. Imóvel esse havido por força das transcrições 10145 do livro 3-AG e 33.808 do livro 3-BA. - - - - -

CERTIFICA mais, que a fls. 58 do livro 3-BN, de TRANSCRIÇÃO DAS TRANSMISSÕES, verificou constar a transcrição 53.666, feita em 30 de março de 1.964, resultante da escritura de 15 de janeiro do mesmo ano, de notas do 2º tabelião local, pela qual DEMÉTRIO BELLETTI e DORIVAL MANTOVANI, casados, proprietários, domiciliados nesta cidade, houveram por compra feita a Paulo Torquato Azor Martinez e sua mulher Duzolina Armani Azor, proprietários, domiciliados nesta cidade, um terreno contendo uma construção própria para indústria, medindo 28,00-

28,00 ms. de frente para a rua Castro Aives, no bairro da Ponte de São João, nesta cidade, por 20,00 metros da frente aos fundos, dividindo de um lado com os vendedores, de outro lado com a rua Domingos de Andrade e, pelos fundos, onde tem a mesma largura da frente, com Carlos Calore. Imóvel esse havido por força das transcrições números 10.145 livro 3-AG e 33.808 do livro 3-BA. - - - - -

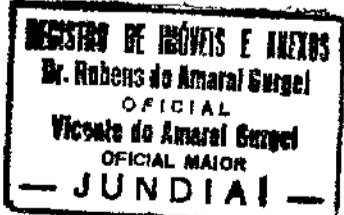
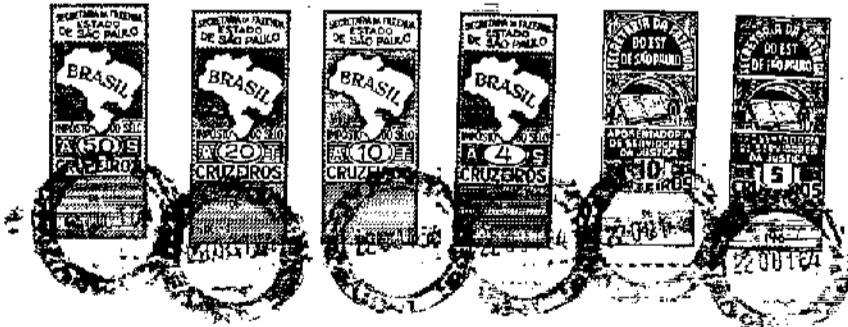
C E R T I F I C A mais e finalmente, que a não ser as alienações supra e retro descritas, revendo no cartório a seu cargo os livros de TRANSCRIÇÃO DAS TRANSMISSÕES, não encontrou outras, pelas quais PAULO TORQUATO AZOR MARTINEZ houvesse alienado, no todo ou em parte, uma parte correspondente a metade, em comum com o adquirente, de um terreno medindo 20,00 metros de frente para a rua Graff, no bairro da Ponte de São João, desta cidade, por 100 metros para uma rua Projetada, ou seja com a área de dois mil metros quadrados, dividindo-se de um lado com propriedade de Francisco de Castro ou seus sucessores, e, pelos fundos, com o rio Jundiaí, contendo uma casa geminada com frente para a rua Graff, onde tem o nº 15 e com frente também para uma rua Projetada, onde tem o nº 68, de tijolos e coberta de telhas. - Imóvel esse objeto da transcrição número 33.808 feita a fls. 272 do livro 3-BA (1º de agosto de 1.958) deste registro. A margem da citada transcrição 33.808, constam as seguintes averbações:-  
Nº 1)- Certifico, nos termos da escritura de 21 de julho de 1.958, lavrada nas notas do 1º tabelião local e certidão da Prefeitura Municipal local, que, em parte do imóvel objeto desta transcrição e do registro nº 10.145, Paulo Torquato Azor Martinez fez construir um prédio industrial, com frente para a Travessa Dois, ou Rua Projetada, da Vila Graff, o qual recebeu o número 92; dou fé. Jundiaí, 8 de agosto de 1.958. O escrev. habi-

# REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS

JUNDIAÍ

habilitado, (a.) Vicente do Amaral Gurgel. O Oficial interino, (a.) Rubens do Amaral Gurgel. Nº 2)- Certifico, atendendo requerimento de 7 do corrente, instruido com certidão da Prefeitura Municipal, que o imóvel objeto desta transcrição e do registro nº 10.145, com frente para a rua Graff, esquina com uma rua Projetada, rua essa atualmente com a denominação de rua Castro Alves, passou a ter frente também para a rua Domingos de Andrade, pela qual foi cortada, bem como pela Avenida Marginal, somente projetada, que igualmente cortou a mesma propriedade, em virtude de retificação do leito do Rio Jundiaí, que passa hoje em meio a mesma; dou fé. Jundiaí, 9 de junho de 1.960. O escrevente habilitado, (a.) Archippo Fronzaglia Junior. O Oficial, - (a.) Rubens do Amaral Gurgel. Nº 3)- Certifico, atendendo requerimento de 13 do corrente, de Paulo Torquato Azor Martinez, instruído com certidão da Prefeitura Municipal, que a rua Graff, mencionada nesta transcrição e na transcrição 10.145, atualmente é denominada rua Camilo Meloni; dou fé. Jundiaí, 14 de janeiro de 1.964. A escrevente - habilitada, (a.) Osibéria Joaquima Pereira Cypriano. O Oficial (a.)- Rubens do Amaral Gurgel. O referido é verdade e dá fé. Jundiaí, 22 (vinte e dois) de outubro de 1.964 (mil novecentos e sessenta e two). O Oficial.

M.O.L.	560,00
B.T.	84,00
I.A.	15,00
	<hr/>
T.R.	659,00





15  
AG.

## CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Proc. 11.927

Projeto de lei nº 1.622, da Prefeitura Municipal, transformando em bem público patrimonial a área de terreno com 582,50 m<sup>2</sup>, constante do antigo alveo do rio Jundiaí, localizada na rua Carlos Gomes, permutando-a com áreas de terreno de propriedade do sr. PAULO TORQUATO AZOR MARTINEZ.

### PARECER Nº 178

Em decorrência do parecer nº 27/64 desta Comissão, foi oficiado ao sr. Prefeito Municipal, solicitando que S. Excia. instruisse devidamente a proposição ora em exame.

Pelo ofício GP 1019/64, o sr. Chefe do Executivo encaminhou o processo PM nº 3525, onde consta o solicitado, ou seja:

- a) - avaliação dos imóveis a serem permutados;
- b) - prova de propriedade dos citados imóveis, com suas respectivas confrontações.

Foi juntada ao presente uma certidão negativa de alienações do terreno a ser permutado com outro da municipalidade.

Assim, julgamos poder o projeto em tela seguir sua tramitação normal, com parecer favorável desta Comissão.

É o que entendemos, s. m. e.

Sala das Comissões, 23/10/1964.

Archippo Fronzaglia Junior,  
Relator.

PARECER APROVADO EM 3/11/1964.

Durles Buzaneli,  
Presidente.

Walmor Barbosa Martins  
c/destaque

Geraldo Dias  
  
Joaquim Candelario de Freitas



16  
M.R.  
1

## CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

### PROJETO DE LEI N° 1.622

A Câmara Municipal de Jundiaí, Estado de São Paulo, decreta a seguinte lei:

Art. 1º - Fica transferida em bem público patrimonial a área de terreno com 582,50 m<sup>2</sup> (quinhentos e oitenta e dois metros e - cinqüenta decímetros quadrados), constante do antigo álveo do rio Jundiaí e localizada na rua Carlos Gomes.

Art. 2º - Fica a Prefeitura Municipal autorizada a permutar a área de terreno com 582,50 m<sup>2</sup> (quinhentos e oitenta e dois metros e cinqüenta decímetros quadrados), de forma irregular, sem benfeitorias, localizada na rua Carlos Gomes, de propriedade do patrimônio municipal, com as áreas de terrenos com 960,00 e 160,00 m<sup>2</sup> (novecentos e sessenta e oito e sessenta metros quadrados), localizadas, respectivamente, nas ruas Castro Alves e Domingos de Andrade, de propriedade do cidadão Paulo Terquato Azor Martinez, todas caracterizadas na planta anexa que, devidamente rubricada pelo Prefeito Municipal, fica fazendo parte integrante desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Jundiaí, em três de dezembro de mil novecentos e sessenta e quatro. (3/12/1.964)

Lázaro de Almeida,  
 Presidente.

**CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ**

*17  
ab*

CÓPIA

3 dezenbro

64

PM. 12/64/12:-

11.927:-

**Excelentíssimo Senhor Prefeito:**

À devida sâo dêsse Executivo, tenho a honra de encaminhar a V.Excia. os autógrafos do PROJETO DE LEI N°. 1.622, devidamente aprovado por este Legislativo em Sessão Ordinária realizada no dia 2 do corrente mês.

Valho-me da oportunidade para apresentar a V.Excia. os protestos de minha elevada estima e distinta consideração.

  
Lázaro de Almeida,  
Presidente.

ANEXO:- Duas (2) vias da lei.

A Sua Excelênci a Senhor  
Professor PEDRO FÁVARO,  
Muito Digno Prefeito Municipal de Jundiaí,  
Nesta.  
-dgc/

18  
P.R.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ



- LEI N° 1.204, de 11 de DEZEMBRO de 1.964 -

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, de acôr-  
do com o que decretou a Câmara Municipal  
em sessão realizada no dia 2/12/1.964,-  
PROMULGA a seguinte lei: - - - - -

Art. 1º - Fica transformada em bem público patri-  
monial a área de terreno com 582,50 m<sup>2</sup> (quinhentos e ciden-  
ta e dois metros e cinqüenta decímetros quadrados), constan-  
te do antigo álveo do río Jundiaí e localizada na rua Carlos Gomes.

Art. 2º - Fica a Prefeitura Municipal autorizada a  
permutar a área de terreno com 582,50 m<sup>2</sup> (quinhentos e ci-  
tenta e dois metros e cinqüenta decímetros quadrados), de  
forma irregular, sem benfeitorias, localizada na rua Carlos Gomes, de propriedade do patrimônio municipal, com as áreas  
de terrenos com 960,00 e 160,00 m<sup>2</sup> (novecentos e sessenta e  
cento e sessenta metros quadrados), localizadas, respectiva-  
mente, nas ruas Castro Alves e Domingos de Andrade, de pro-  
priedade do cidadão Paullo Torquato Azer Martinez, todas ca-  
racterizadas na planta anexa que, devidamente rubricada pe-  
lo Prefeito Municipal, fica fazendo parte integrante desta  
lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de  
sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

*( Pedro Favaro )*  
PREFEITO MUNICIPAL



# Prefeitura Municipal de Jundiaí

19  
19

Em 7 de dezembro de 1964

N. GP. 1249/64  
Prot. 8 442/64-  
Clas. 600.4.290Ciente. Junte-se ao  
respectivo processo.CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ  
EXPEDIENTE

63 10 DEZ 1964 63

PROTÓCOLO N.º \_\_\_\_\_

CLASSIF. \_\_\_\_\_

Excelentíssimo Senhor Presidente.

Para instrução do Processo nº 11.927, em que se apreciava o Projeto de lei nº 1.622, tivemos a honra de entregar a V. Excia. os autos desta Prefeitura que versavam a matéria.

Fizemo-lo em atendimento ao Parecer nº 27/64, da dota Comissão de Justiça e Redação, do qual tivemos conhecimento através do ofício PM. 3/64/85.

Concluída a tramitação do Projeto nessa Egrégia Edilidade, vimos solicitar de V. Excia. a devolução dos elementos que lhe encaminhamos.

Gratos pela atenção, apraz-nos reiterar a V. Excia. os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

  
( Pedro Fávaro )

PREFEITO MUNICIPAL

Ao Exmo. Sr. LÁZARO DE ALMEIDA,  
M. D. Presidente da Câmara Municipal de  
JUNDIAÍ

PF/Camp./jmc.

*26*  
*AG.*

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

CÓPIA

15 de z e m b r o

64

PM.12/64/31+-

11.927+-

Excelentíssimo Senhor Prefeito:

Em atenção ao solicitado por V.Excia., através do ofício de referência GP.1249/64, de 7 do corrente mês, - tenho a honra de encaminhar-lhe, em devolução, o Processo protocolado sob nº 3525 - 002.451, que instruiu o Projeto de Lei nº 1.622, - dêsse Executivo, que dispõe sobre permuta de terreno de propriedade do município e do sr. Paulo Torquato Afor Martinez, o qual foi aprovado por este Legislativo em Sessão Ordinária realizada no dia 2 do corrente mês, recebendo o nº 1.254.

Valho-me da oportunidade para apresentar a V.Excia. os protestos de minha elevada estima e distinta consideração.

*Lázaro de Almeida*  
Lázaro de Almeida,  
Presidente.

ANEXO:- Processo nº 3.525-002.451.

A Sua Exceléncia o Senhor  
Professor PEDRO FÁVARO,  
Muito Digno Prefeito Municipal de Jundiaí,  
Nesta.  
-dgc/

A Fôlha de Jundiaí de 18/12/64

A fôlha de jundiaí de 18/12/64

18 de Dezembro de 1964

# Prefeitura Municipal de Jundiaí



Atos Oficiais

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ  
LEI N.º 1.204 de 11 de DEZEMBRO DE 1964

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIAÍ,  
de acordo com o que decretou a Câmara Mu-  
nicipal em sessão realizada no dia 2-12-1964,  
FOMULGA a seguinte lei:

Art. 1.º — Fica transformada em bem pú-  
blico patrimonial a área de terreno com 582,50  
m<sup>2</sup> (quinientos e cintenta e dois metros e cin-  
quenta decímetros quadrados), constante do an-  
tigo álveo do rio Jundiaí e localizada na rua  
Carlos Gomes.

Art. 2.º — Fica a Prefeitura Municipal au-  
torizada a permitir a área de terreno com  
582,50 m<sup>2</sup> (quinientos e cintenta e dois metros  
e cinquenta decímetros quadrados), de forma  
irregular, sem benfeitorias, localizado na rua Car-  
los Gomes, de propriedade do patrimônio mu-  
nicipal, com as áreas de terreno com 960,000 e  
160,00 m<sup>2</sup> (novecentos e sessenta e cento e ses-  
enta metros quadrados), localizados, respecti-  
vamente, nas ruas Castro Alves e Domingos de  
Andrade, de propriedade do cidadão Paulo Tor-  
quato Azor Martinez, todas caracterizadas na  
planta anexa que, devidamente rubricada pelo  
Prefeito Municipal, fica fazendo parte integrante  
desta lei.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na  
data de sua publicação, revogadas as disposi-  
ções em contrário.

**PEDRO FAVARO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

1-2

## ANDAMENTO DO PROCESSO

### COMISSÕES

C. J. R. \_\_\_\_\_

C. F. O. \_\_\_\_\_

C. O. S. P. \_\_\_\_\_

C. E. C. H. A. S. \_\_\_\_\_

Ao Sr. Vereador \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

### "OBSERVAÇÕES"

### "ANEXOS"

*fls 1-5-20-af*

AUTUADO EM *24/1/1964*

*José Alfredo Paes Góes*  
SECRETÁRIO-ADMINISTRATIVO